

Evento	Reunião do Comitê de Gestão de Pessoas
Data	19/9/2024
Horário	15h
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Edison dos Santos Pelegrini;- Desembargador Ricardo Regis Laraia;- Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna;;- Juíza Juliana Benatti;- Juíza Maria Flavia de Oliveira Fagundes;- Juíza Camila Ceroni Scarabelli;- Servidora Camila Lelis Yamaya;- Servidora Monica Laterza Lopes- Servidora Susana Haydee Flores Cucatti;- Servidora Flavia Pinaud de Oliveira Mafort- Servidor Rodrigo Cesar Barros da Rosa;- Servidor Luiz Henrique de Freitas Pereira;- Servidora Iara Cristina Gomes;- Servidor Alan Rogerio Oliveira Simões de Melo;- Servidora Liliam Maria de Camargo;- Servidora Juliana Ighes Pio Pereira;- Servidora Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas /	<ul style="list-style-type: none">- Desembargador Fábio Bueno de Aguiar- Desembargadora Susana Graciela Santiso;- Juíza Andreia de Oliveira;- Juiz Breno Ortiz Tavares Costa;- Servidora Paula Toniatti;- Servidora Helen da Silva Paes de Souza;- Servidor Ataur Torino Dalpino;- Servidor Alessandre Luis Niza;
Pauta / Assuntos	<ol style="list-style-type: none">1- CLIMA ORGANIZACIONAL - CLIMOR - Escala de Avaliação do Clima Organizacional2- PROJETO DE READEQUAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DOS SECRETÁRIOS DE AUDIÊNCIA3- OUTROS ASSUNTOS.

O Desembargador Coordenador, Edison dos Santos Pelegrini, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela presença.

Explicou que a pauta dá continuidade aos estudos e projetos debatidos nas reuniões anteriores do Comitê.

1- CLIMA ORGANIZACIONAL - CLIMOR - Escala de Avaliação do Clima Organizacional

Dr. Edison expôs que todos receberam material a respeito do clima organizacional, o qual compartilhou novamente com o colegiado nesta data. Comentou sobre o Climor, um aplicativo que trata de uma escala de avaliação do clima organizacional.

Dra. Maria Flávia e Camila complementaram que houve projeto piloto em São José do Rio Preto, no primeiro semestre, sendo ideia estender para outras secretarias.

Dr. Edison sugeriu aguardar mais um tempo para avaliar os resultados e, na sequência, ser possível pensar em todo o Tribunal.

Rodrigo explicou que esse piloto aborda especificamente as secretarias conjuntas. Aproveitou e elucidou que o Climor é um método e que ele foi utilizado pela Corregedoria nesse piloto. Propôs que o Comitê acompanhe de perto e tenha conhecimento das perguntas e do que foi exatamente avaliado. Nessa avaliação, não se objetivava avaliar a gestão, mas sim o ambiente. Sugeriu enviar um representante do Comitê como observador ou convidar alguém da Corregedoria para explicar mais detalhes dessa avaliação do clima.

Dr. Edison concordou em verificar com a Corregedoria de que forma seria possível interagir, para compartilhar dados e pensar numa proposta mais abrangente.

Dra. Maria Flávia falou brevemente dos cinco itens avaliados, mas observando que não se tem acesso às perguntas exatas. Propôs que haja resposta e devolutiva para quem participou da pesquisa, indagando se haverá um plano posterior.

Camila explicou que as questões são fixas, sem possibilidade de mudanças ou adaptações, mas ainda assim genéricas, sendo passíveis de aplicação em outros lugares. Como se trata de método, atende a diversas unidades e empresas ou órgãos. Será aplicada a todas as secretarias conjuntas. O resultado será avaliado pelos gestores e pela

Corregedoria, que aplicou a pesquisa.

Dr. Ricardo comentou que o clima organizacional é uma questão permanente na área de gestão de pessoas e afirmou que o grande desafio é saber o que fazer com os resultados depois que já se pesquisou e teve um diagnóstico, para chegar em quem faz a gestão ou liderança. Questionou se seria melhor aguardar os resultados das próximas etapas ou se o Comitê requer a aplicação em todo o Tribunal, explicou que há um custo de R\$ 64,00 por pessoa para a aplicação e apoiou a ideia de pedir a participação de alguém do Comitê nas pesquisas em andamento.

Dra. Ana Cláudia demonstrou que a questão de relacionamento é outra demanda e desafio com as secretarias conjuntas, com a readaptação e novas relações e interações. Apoiou também a participação de um membro para ajudar, dentro da competência do Comitê.

Susana sugeriu que a pesquisa seja aplicada em Bragança Paulista e explicou que a modalidade virtual tem um custo de R\$ 11,00.

Dr. Edison complementou que a ferramenta pode ser utilizada de forma abrangente ou seccionada, respeitando as diferentes realidades das unidades.

Iara opinou pela aplicabilidade em todas as unidades.

O Comitê concordou e Dr. Edison conversará com a Dra. Rita para ver como colaborar e interagir com a pesquisa, em nome do Comitê, levando a sugestão de ter a participação de um membro do Comitê, indicando, desde já, Rodrigo e Dr. Fábio Bueno de Aguiar como representantes.

2- PROJETO DE READEQUAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DOS SECRETÁRIOS DE AUDIÊNCIA

Rodrigo explicou que o que causa mais problemas na função de secretário de audiência é a digitação. Comentou brevemente sobre ter que tirar férias no mesmo período das férias dos magistrados, da falta de autonomia na vida pessoal, como também dos aplicativos tecnológicos disponíveis atualmente, pensando em outras formas e atividade de digitação, para colaborar e desenvolver um projeto institucional para essa mudança no trabalho dos secretários de audiência.

Dra. Ana Cláudia demonstrou preocupação com os focos de tensão, com a falta de rotina dos servidores e com a necessidade de ações a médio e longo prazo. Sugeriu encaminhar algo ao Co.Labora15, para pensar em programas e novas formas para as tarefas dos secretários. Audiência gravada sem transcrição é mais rápida. Audiência com transcrição dos depoimentos demora mais tempo, mas permite mais conhecimento sobre as provas para eventuais análises futuras no 2º Grau, por exemplo. Poderia ser pensada em uma forma equilibrada e na remodelação das funções, o que ficaria a cargo da Corregedoria. O secretário faz as pautas e acompanha as audiências, mas não consegue absorver totalmente as tarefas das secretarias.

Susana contribuiu com o tema, reforçando que é necessário ter transparência e ponto de convergência - tanto para servidores como para magistrados - e que seria primordial a colaboração do Laboratório de Inovação. Comentou que é preciso também promover capacitação de magistrado para as novas formas de audiência e pensar em quais as melhores tarefas para serem atribuídas aos secretários, propondo pesquisar a atual formação e atividades dessa função em outros Tribunais.

Rodrigo apontou que é preciso trabalhar e pensar em novos métodos, pensar em degravação, transcrição e agregar mais valor para os jurisdicionados, para não ter apenas alguém digitando e sim com tempo para trabalhar no pré e pós-pauta.

Dr. Edison propôs reunir as contribuições e as ferramentas que os secretários já utilizam, pensando em pedir o desenvolvimento à TI, se necessário, de programa específico e voltado para o Tribunal, a partir desses modelos e de instruções a serem passadas. Comentou que há questões individualizadas e que seria importante criar padrões e boas práticas, a serem implantadas e disseminadas.

Rodrigo compartilhou link de transcrição de conteúdo e legendas: <https://docs.google.com/document/d/1CAk9HMdQjuliYktz4wGw5xoVy1VufFCs2Wz7p3-ZXwg/edit>.

Dr. Edison e Dra. Ana Cláudia sugeriram ampliar a participação de secretários de audiência no grupo de estudos sobre a matéria e também convidar magistrados que atualmente tenham boas práticas na questão, mapeando e trabalhando com materiais concretos, para se repensar e definir as funções dos secretários de audiência.

Dra. Juliana mencionou que o Laboratório pode contribuir e inclusive divulgar boas práticas depois, reforçando a importância da rotina, do planejamento, para que não se

tenha adiamento de pauta e seja possível minimizar intercorrências e melhorar o atendimento ao jurisdicionado. Apoiou, ainda, o uso das tecnologias.

Camila reforçou a ideia de trazer os nomes e as boas práticas conhecidas no âmbito da 15ª Região, para depois o Comitê poder entrar em contato.

Dr. Edison solicitou que os integrantes tragam ao chat do grupo as boas práticas, as unidades e os nomes que eventualmente conheçam. Requereu também a sugestão de outros nomes de magistrados e servidores para serem convidados posteriormente, trabalhando inicialmente na perspectiva dos secretários e, na sequência, pela perspectiva dos magistrados, terminando com a interação entre as demandas dos dois lados.

O Comitê aprovou a proposta de levar a demanda ao Co.Labora 15, formalizando por meio do PROAD.

O Grupo dos Secretários de Audiência fará nova reunião, oportunamente, para o encaminhamento dos trabalhos, objetivando contribuir com a readequação das atividades dos secretários de audiência.

3- OUTROS ASSUNTOS:

Dra. Ana Cláudia abordou o 9º Ciclo de Gestão por Competências de 2021, matéria do PROAD 15388/2021, pontuando sobre a manifestação da Diretoria-Geral dos resultados e o uso da ferramenta nacional PROGECOM, vindo ao Comitê para análise. O Dr. Edison informou que na próxima reunião trará mais elementos para que o Comitê possa se manifestar a respeito.

Ao final, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas, Edison dos Santos Pelegrini, agradeceu a todos pela participação, encerrando a reunião às 16h12.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	19/9/2024
Ata aprovada por	Desembargador Coordenador, Edison dos Santos Pelegrini.	Em	19/9/2024